

ADVERSO

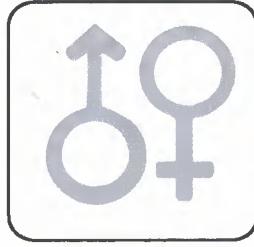
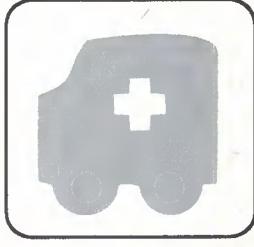
Nº 174 - Janeiro de 2010

Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...

ISSN 1980315-X



Ufrgs abrirá licitação para contratar Plano de Saúde em abril

O Reitor Carlos Alexandre Netto anuncia que até o início de abril publicará o edital de licitação para a contratação dos serviços. O Plano vigente termina dia 31 de julho. Segundo ele, cabe somente à Administração Central da Universidade a contratação de assistência à saúde.

Páginas 13 a 16

Entrevista: CÂNDIDO GRZYBOWSKI

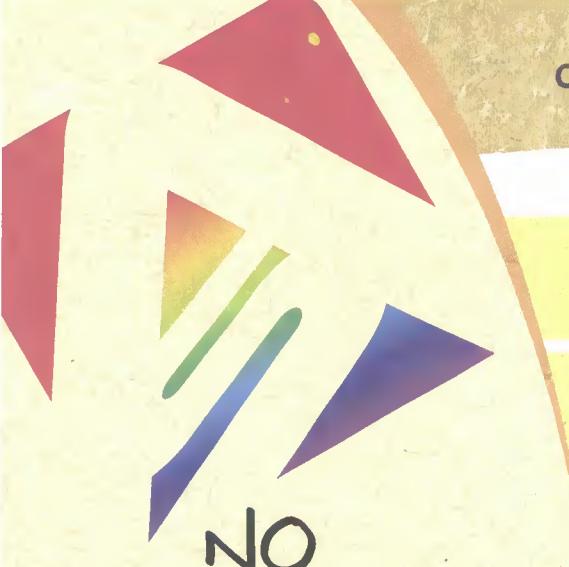
Fórum Social Mundial, a vitória do exército de Brancaleone

Páginas 05 a 08

Artigo

O legado de Daniel Bensaïd

Página 09



NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

grande porto
alegre

10 anos

25 a 29 de Janeiro de 2010



Comitê de Solidariedade ao Povo Colombiano

Exposição fotográfica permanente

1. A Memória Cresce: exposição de processos organizativos, denúncia de impunidade nos casos das vítimas de crimes de Estado, processos de resistência na Colômbia.

2. Galeria da Memória: fotografias de múltiplos casos de pessoas desaparecidas, assassinadas e torturadas pelo Estado colombiano e os grupos paramilitares.

Organização: Filhos e Filhas pela Memória e Contra a Impunidade na Colômbia.

Local: Escola Superior de Teologia

26 de janeiro de 2010

14hs às 15hs

Palestra: Memórias para a resistência

Julián Beltrán, Organização Filhos e Filhas pela Memória e Contra a Impunidade na Colômbia

15hs às 16hs

Palestra: Falsos positivos e pacificação

Héctor Moncayo, Instituto Latino-americano de Serviços Sociais Alternativos (Ilsa)

16h30 às 18hs

Palestra: Direitos humanos na Colômbia

Exibição do filme El Baile Rojo

Comitê de Solidariedade

ao Povo Colombiano

Onde: Escola Superior de Teologia

28 de janeiro de 2010

20h30

Festa colombiana

Ingressos a R\$15 com direito a sancocho (prato típico da Colômbia) e muita música típica do caribe colombiano.

Onde: Escola Superior de Teologia

Apoio



Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

Presidente - Claudio Scherer
1º Vice-Presidente - José Carlos Freitas Lemos
2º Vice-Presidente - Maria Luiza Ambros von Hollernen
1º Secretária - Daniela Marzola Fialho
2º Secretária - Elizabeth de Carvalho Castro
3º Secretária - Maria Cristina da Silva Martins
1º Tesoureiro - Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva
2º Tesoureiro - Maria da Graça Saraiva Marques
3º Tesoureiro - Ana Paula Ravazzolo

ADVERSO

Publicação mensal impressa em
papel Reciclado 90 gramas

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão: Comunicação Impressa

Produção e Edição:
 VERDEPERTO
(51) 3228 8369

ISSN 1980315-X



9 771980 315002 00174

Editora: Raquel de Lima
Reportagens: Marco Aurélio Weissheimer
Maurício Boff e Raquel de Lima
Projeto Gráfico: Eduardo Furasté
Diagramação: Eduardo Furasté e Sílvia Pont (estagiária)

Editorial

A Saúde é um direito de todos e um dever de Estado

Já se foram seis meses desde a renovação, desta vez improrrogável, do plano de saúde que assiste os servidores (professores e técnico-administrativos) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e seus beneficiários, num total de mais de 8 mil vidas. Trata-se do Contrato Empresarial nº 1070-UFRGS-UNIMED, firmado em 23 de outubro de 1991, não atingido pela Lei 9.656/98, que trouxe uma série de conquistas para o usuário. Neste Plano, os aumentos e condições contratuais específicas são definidos a critério das operadoras, o que tem gerado, ano a ano, tensão e ansiedade por ocasião de cada renovação do contrato.

A partir da promulgação desta Lei, em 1998, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publicou Portarias Normativas estabelecendo regras para a Assistência à Saúde Suplementar do Servidor. Tal situação levou à Ufrgs a realizar uma Consulta Eletrônica em 2007 que revelou que 70% dos servidores preferiam a modalidade Contrato e apenas 30% o Convênio. Foram feitas, então, as licitações, de junho de 2008 até junho de 2009, sem, infelizmente, ter-se chegado a alguma decisão.

Em 30 de julho de 2009, a Portaria nº 3-SRH/MPOG abriu a possibilidade de todo servidor que tiver contrato com plano de saúde, individual ou em grupo, ter direito a resarcimento desde que a entidade realize Convênio. A Ufrgs decidiu fazer então, até o final de 2009, uma nova consulta à comunidade. Se o resultado revelasse preferência pela modalidade de Contrato, a Universidade abriria novo processo licitatório e somente teria direito ao resarcimento o servidor que aderisse à operadora contratada. Caso a preferência da comunidade fosse Convênio, os servidores poderiam aderir a este ou buscar alternativas, seja através de contratos individuais, ou em grupo. Mas a consulta não foi realizada, porque novos fatos vieram à tona. E à tensão e ansiedade soma-se, agora, a angústia da incerteza do que está por acontecer e a percepção de que à saúde é apenas uma mercadoria valiosa e um argumento no jogo de forças e poderes políticos, nas disputas eleitoreiras e em discursos volúveis.

O MPOG valoriza o estabelecimento de Convênios, só que a única entidade que preencheria as condições estabelecidas seria a Fundação de Seguridade Social (Geap). Mas a Geap não pode! O TCU vedou a celebração de convênios de prestação de serviços de assistência à saúde por parte desta Fundação com outros órgãos e entidades da Administração Pública que não os seus patrocinadores originais: Ministérios da Previdência, da Saúde, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DataPrev) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O processo está no STF, onde o julgamento foi iniciado em outubro - apesar de estar no STF desde fevereiro de 2006 - e está empattado em um a um. O relator, ministro Carlos Ayres Britto, votou contra a posição do TCU, a ministra Cármem Lúcia votou a favor e o debate foi suspenso porque o ministro Ricardo Lewandowski pediu vista, devolvendo o processo no último dia 11 de dezembro. Na melhor das hipóteses, o assunto só voltará à pauta da Suprema Corte em fevereiro ou março de 2010. Assim, se a única possibilidade para Convênio é com a Geap, que está sub judice, não há dúvida que a única saída é o Contrato, com a realização imediata de uma licitação. Urge que a Universidade tome uma atitude lúcida, firme e urgente em respeito aos seus servidores, pois o tempo passa rápido e logo estaremos em julho, quando o atual contrato termina. Não podemos ficar sem cobertura!

A Adufrgs-Sindical, em consonância com seus associados, defende que a obrigação de contratar, ou conveniar, um plano de saúde é do empregador. A um Sindicato cabe, primordialmente, criar condições para um melhor desempenho na Assistência à Saúde Suplementar do Servidor, em função da participação dos diversos atores sociais, ou seja, estabelecer o necessário equilíbrio no nível de informação e participação de todos os envolvidos neste processo.

Dante desta situação, a Adufrgs-Sindical reafirma que não está medindo esforços para impedir qualquer descontinuidade no atendimento de Plano de Saúde a seus associados. A resolução da Assembléia Geral de 01/04/2009 continua válida e está sendo respeitada.

ÍNDICE

04

SEGURIDADE SOCIAL

PING-PONG

Cândido Grabowski

"Fórum Social Mundial, a vitória do exército de Brancaleone"

por Marco Aurélio Weissheimer

05**09**

ARTIGO

O legado de Daniel Bensaïd

por Marco Aurélio Weissheimer

10**12**

ARTIGO

A absurda punição da professora Maria Denise Bandeira

por Flávio Antônio Cauduro

CENTRAL

Ufrgs abrirá licitação para contratar Plano de Saúde

por Raquel de Lima

17

INFORME JURÍDICO

OBSERVATÓRIO

19**21**

NAVIGUE

ORELHA

22**24**

EM FOCO

O amor por bicos-de-pena e aquarelas de José Franz Lutzenberger

por Maurício Boff

+1**26****27**

A HISTÓRIA DE QUEM FAZ

Aposentados e pensionistas terão direito a serviços bancários de graça

Um acordo fechado entre o Ministério da Previdência Social e os 17 bancos pagadores de benefícios possibilitará que 27 milhões de aposentados e pensionistas contem com serviços bancários melhores e ampliados. Eles terão direito a partir do fim de janeiro a diversos serviços gratuitos, como a impressão de um extrato mensal nos terminais de atendimento, o recebimento do comprovante anual de pagamento e a declaração de rendimentos para o Imposto de Renda (IR), além de transferência entre contas. As mudanças valem para os benefícios concedidos até o fim de 2009 e os bancos terão um prazo de até 180 dias para colocar em prática o acordo.

O novo contrato é especialmente vantajoso para os 15,2 milhões de beneficiários que não têm conta bancária e poderão usufruir de serviços hoje restritos aos correntistas. Esses beneficiários recebem por cartão magnético e atualmente têm direito apenas ao saque dos valores. Outra facilidade para aposentados e pensionistas é o fim da necessidade de ir a uma agência da Previdência Social para solicitar serviços como o contracheque mensal.

Outra vantagem é que o extrato mensal poderá ser usado como comprovante para que o segurado acima de 60 anos tenha direito à compra de passagens de ônibus e de avião com desconto de 50%, o que é garantido pelo Estatuto do Idoso.

As mudanças resultarão também em economia para a Previdência Social. Segundo levantamento do INSS, apenas com impressão e postagem dos extratos anuais de pagamento e a declaração de rendimentos para o imposto de renda, o gasto chegava a R\$ 55 milhões a cada ano.

Os bancos também serão responsáveis pela atualização anual do cadastro dos beneficiários. De acordo com a lei 8.212/91, o recadastramento deve ser feito a cada cinco anos. Isso também representará economia para o INSS, pois no Censo realizado entre 2005 e 2006 foram pagos R\$ 7,50 por formulário recebido e processado pelos bancos, um custo aproximado de R\$ 112,5 milhões.

Cartão

Cada beneficiário receberá do banco, gratuitamente e sempre a pedido do titular, cartão que terá – além da identificação da instituição financeira – a caracterização do beneficiário como segurado da Previdência ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os bancos terão 120 dias para fornecerem novos cartões, depois de receberem as especificações. Se o usuário pedir a migração do seu cartão magnético para conta corrente, o banco deverá garantir a ele todas as facilidades do Pacote de Tarifa Zero previstas pelo Banco Central.

Fonte: Ministério da Previdência Social

Cândido Grzybowski

“FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, A VITÓRIA DO EXÉRCITO DE BRANCALEONE”

Em entrevista para a Adverso, o diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, Cândido Grzybowski, faz um balanço dos 10 anos do Fórum e aponta alguns dos desafios que estão colocados para o futuro.

O encontro internacional retorna à Porto Alegre em janeiro com mais de 500 atividades descentralizadas na capital e nas cidades de Gravataí, Canoas,

São Leopoldo, Novo Hamburgo e Sapiranga.

por Marco Aurélio Weissheimer

Quando o Fórum Social Mundial nasceu, em janeiro de 2001, como contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, a globalização ainda era cantada em prosa e verso e, seus críticos, taxados de anacrônicos, inimigos da tecnologia e malucos. Na época, o então presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a escrever um artigo chamando os organizadores e participantes do Fórum de “ludistas” (numa alusão ao movimento dos trabalhadores ingleses no início do século XIX, que destruíam máquinas por temer perderem o emprego para elas). Os supostos avanços da globalização dos mercados eram apresentados como inevitáveis e necessários para a prosperidade das nações. Dez anos depois, os mantras neoliberais não só perderam força como estão cobertos hoje por pesadas nuvens de suspeição e descrédito. E muitas das propostas debatidas e defendidas no FSM são abraçadas hoje por governantes em diversos países, especialmente na América Latina.

No plano econômico, as idéias do chamado Consenso de Washington deixaram de ser consensuais. A era de ouro (para alguns poucos) do neoliberalismo chegou ao fim. A fórmula baseada na desregulamentação e abertura dos mercados, e na livre circulação do capital deixou um legado que ameaça a estabilidade de toda a economia mundial. No plano político, o presidente da maior potência do planeta não se

chama mais George W. Bush, mas Barack Hussein Obama. A guerra segue matando milhares de pessoas na África, na Ásia e no Oriente Médio, além de conflitos militares regionais em outros cantos do planeta. Ao contrário do que ocorre com outros setores, a indústria armamentista jamais entra em crise. E no plano ambiental o mundo chegou a uma encruzilhada: ou reverte o atual modelo de desenvolvimento industrial e de consumo altamente destruidor do meio ambiente, ou caminha em uma direção que ameaça a sobrevivência da chamada “civilização”, tal como a conhecemos.

É neste ambiente que o FSM retorna à Porto Alegre. O evento acontecerá de forma descentralizada em pelo menos 27 eventos regionais, nacionais e locais espalhados pelo mundo ao longo do ano. O “FSM 10 Anos: Grande Porto Alegre” será o primeiro dessa série, com mais de 500 atividades descentralizadas nas cidades de Porto Alegre e região metropolitana. Um dos principais destaques é o Seminário Internacional “10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível”, que contará com a participação de mais de 70 intelectuais e dirigentes sociais do mundo todo e que tem como objetivo avaliar a história do Fórum e debater sobre novos desafios e objetivos. O Seminário acontecerá em Porto Alegre, de 25 a 29 de janeiro. ☐

Fotos: Arquivo Verdepero Comunicação

Cândido Grzybowski

O que mudou no mundo nestes últimos dez anos, período no qual o Fórum Social Mundial nasceu e se expandiu como força social, política e cultural?

A primeira mudança que merece destaque diz respeito às coisas que combatemos no início. Quando começamos essa caminhada parecíamos um exército de Brancaléone. Dez anos depois, muitos dos alertas que fazímos viraram realidade. A crise veio avassaladora e hoje praticamente todo mundo defende a necessidade de alternativas nas mais diversas áreas. Começamos dizendo que outro mundo é possível. Hoje, podemos dizer que não só é possível como é absolutamente necessário.

Uma segunda mudança importante é de natureza geopolítica. Hoje temos um cenário mundial mais multilateral. A hegemonia absoluta dos Estados Unidos está em questão e há um esforço para a reconstrução do multilateralismo. Por outro lado, precisamos estar atentos, pois essa reconstrução pode ter um caráter conservador e excluente. A resistência enfrentada pela proposta de uma reforma profunda na estrutura e no funcionamento da Organização das Nações Unidas é um exemplo disso.

Outra mudança fundamental ocorreu na América Latina. Quando o Fórum Social Mundial iniciou tínhamos apenas um governo de centro-esquerda no Chile e Hugo Chávez, na Venezuela. Hoje o cenário político da região é completamente diferente. Quantos governos de esquerda e centro-esquerda temos? A América Latina mudou e o Fórum teve um papel muito importante neste processo. Evo Morales e Lula, apenas para citar dois exemplos, foram participantes de primeira hora dos debates do Fórum. Muitos outros líderes políticos do continente passaram a dialogar com a nossa agenda. Este ano, em Porto Alegre, devemos ter a presença de mais um deles, o presidente eleito do Uruguai, José Pepe Mujica.

E essas mudanças na América Latina, é importante assinalar também, ocorreram na contramão de uma guinada conservadora mundial, especialmente na Europa. Quando o Fórum iniciou, tínhamos governos socialistas ou social-democratas na França, na Itália e na Alemanha, para citar três exemplos. Hoje todos esses países são governados por conservadores. A Espanha é uma exceção neste processo, mas também

“Quando começamos essa caminhada parecíamos um exército de Brancaléone. Dez anos depois, muitos dos alertas que fazímos viraram realidade. Hoje, podemos dizer que outro mundo não só é possível como é absolutamente necessário”

está numa situação difícil. E o que dizer da situação política na África. Tivemos o caso da África do Sul, que é o “menos pior”. Depois do governo de Mandela, a situação política começou a se deteriorar. Na maioria dos outros países africanos, o quadro é ainda pior.

Outro elemento que eu gostaria de destacar é o novo papel que o Brasil passou a desempenhar no mundo. Creio que temos nossa parcela de contribuição aí, pois o Fórum Social Mundial colocou a sociedade civil brasileira no mundo. Sabemos dos limites dos movimentos sociais, organizações e sindicatos em influenciar as decisões políticas, mas, considerando o caso brasileiro e comparando com o que ocorre em outros países, fizemos muito. A verdade é que nosso país tem um novo papel (e dimensão) no mundo. O presidente Lula tem faro político e soube explorar essa nova realidade. Creio que a política externa é uma das melhores coisas deste governo em que pese algumas contradições como visitar alguns ditadores na África em busca da abertura de novos mercados. Mas a qualidade da política externa brasileira como um todo avançou muito. Um exemplo recente disso foi o papel de destaque que o Brasil na Conferência do Clima, em Copenhague.

E o que mudou no FSM neste mesmo período? As mudanças no mundo também influenciaram o Fórum?

Eu vejo algumas mudanças importantes entre nós. Se lebrarmos dos nossos primeiros debates, a agenda econômica era predominante. Debatímos a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), para citar dois dos principais exemplos. Hoje o debate é outro. A OMC tornou-se quase insignificante. A idéia da ALCA foi sepultada. A pauta de debates passou a ser outra. O Fórum Social Mundial de Belém teve uma agenda sócio-ambiental impressionante. Não se discutiu OMC ou ALCA. Esses temas hoje parecem distantes. E nós contribuímos para que isso acontecesse, é importante assinalar. Foi nos primeiros fóruns que surgiu a campanha anti-ALCA. O Fórum teve influência na derrota desta proposta.

Hoje, constamos que a cultura política do Fórum Social Mundial está evoluindo. Há uma clareza muito



Arquivo Verdeporto

“...o diálogo entre os movimentos e organizações que participam do FSM ainda é problemático. Precisamos avançar muito na realização de encontros entre lutas que são comuns a diferentes regiões do planeta. A tendência dominante hoje é o diálogo entre os iguais. Corremos o risco de ficar falando fundamentalmente conosco mesmo”.

grande que a questão social não pode ser dissociada da ambiental. Até um tempo atrás, os movimentos ambientalistas não consideravam a questão social e as organizações que lutam por causas sociais não levavam em conta a agenda ambiental. A crise ambiental planetária nos obrigou a encarar esse problema e não é possível mais separar as duas coisas.

Quais são, na sua avaliação, os desafios que estão colocados para o FSM daqui para frente?

O problema do Fórum é ele ser um fórum. Essa é, ao mesmo tempo, sua força e sua fraqueza. O FSM é uma espécie de universidade planetária, um espaço coletivo para a construção de inteligência. Todos nós temos nosso endereço local, nosso espaço de atuação local, mas a crescente interdependência e interligação do mundo nos desafiam a construir outro tipo de articulação e de ação política. Neste sentido, o Fórum traz uma renovação político-cultural muito importante. Creio que um de nossos principais desafios segue sendo tornar o Fórum mundial. Nós ainda estamos indo pouco atrás do mundo. Consolidamos até aqui o simbolismo de grandes eventos, mas não conseguimos dialo-

gar com partes importantes do mundo. Seguimos sem entrar na Ásia e no Leste Europeu, apenas para citar dois exemplos. Cabe lembrar que o FSM aponta para um outro mundo, mas ele em si mesmo não é o agente construtor deste mundo. O protagonismo é das pessoas, das organizações e dos movimentos que lutam para construir esse mundo. O Fórum é um espaço de encontro, diálogo e articulação de quem é protagonista neste processo.

Há muitas tarefas que nos desafiam e que ultrapassam os limites do Fórum. Uma delas é buscar novas formas de construir hegemonia. Isso não se faz no Fórum e o Fórum não dá linha política para as organizações e movimentos agirem. Por outro lado, o diálogo entre os movimentos e organizações que participam do FSM ainda é problemático. Precisamos avançar muito na realização de encontros entre lutas que são comuns a diferentes regiões do planeta. A tendência dominante hoje é o diálogo entre os iguais. Corremos o risco de ficar falando fundamentalmente conosco mesmo. Existem diálogos entre movimentos, mas eles são quase periféricos. Essa fragmentação ocorre em nome da diversidade, mas creio que é possível seguir respeitando a diversidade e a autonomia aglutinando mais os participantes e as atividades do

Fórum. Não são coisas incompatíveis e contraditórias. É papel político dos organizadores informar e propiciar contatos entre pessoas da África do Sul e da Bolívia, por exemplo, que travam lutas similares.

O Ibase realizou uma nova pesquisa sobre o perfil dos participantes do Fórum Social Mundial. Quais são os principais resultados dessa pesquisa?

Há um crescimento impressionante da participação da juventude. No Fórum de Belém, por exemplo, entre os 150 mil participantes do encontro, cerca de 64% tinham até 34 anos de idade, com uma predominância na faixa entre 17 a 24 anos. E, do total de participantes, 81% possuíam curso superior ou estavam cursando. Essa pesquisa sobre o perfil dos participantes ouviu 2.262 pessoas e também fez perguntas sobre o que o Fórum tem de mais importante. A maior parte dos entrevistados respondeu “propor políticas públicas” e “oferecer espaço para trocas culturais” (ambas com 19%). O Ibase também perguntou sobre quais instituições geram mais desconfiança entre os participantes do FSM. O Fundo Monetário International e empresas transnacionais ficaram na frente deste ranking com 85% e 83%, respectivamente. ➤

Divulgação



Cândido Grzybowski

Particularmente, acho que um dos dados mais importantes dessa pesquisa é o que aponta a grande participação da juventude. Isso quer dizer que já podemos nos aposentar. Há uma nova geração de lutadores e lutadoras com grande energia e vitalidade e que não pára mais. É impressionante como o Fórum atrai os jovens, o que indica uma retomada do protagonismo juvenil na vida social e política do mundo.

Um dos destaques do encontro de Porto Alegre este ano será o seminário de avaliação dos dez anos de vida do Fórum Social Mundial? Em sua opinião, o que pode se esperar deste debate? Pode apontar rumos e agendas diferentes para o processo FSM?

Esse seminário está sendo promovido pelo Grupo de Apoio e Reflexão do processo FSM e deve contar com a presença de mais de 70 intelectuais e dirigentes sociais do mundo todo. Será o primeiro evento de uma série de encontros que ocorrerão este ano. Queremos assumir uma posição mais reflexiva sobre o que foi realizado até aqui, levantando erros e acertos e avaliando a dinâmica institucional do Fórum. Houve um grande debate entre nós sobre esta décima edição. E havia um interesse muito grande de realizar um encontro em Porto Alegre. Nós unimos o útil ao agradável. Será uma ótima oportunidade para

examinar os novos desafios da sociedade civil altermundista e projetar caminhos futuros para o movimento. Um momento, ao mesmo tempo, de balanço e de definição das lutas que temos pela frente. Esse debate será feito por um grupo significativo de pessoas que acompanham o Fórum desde seus primeiros passos. Nomes como Boaventura de Sousa Santos, Susan George, Bernard Cassen, Samir Amin, Immanuel Wallerstein e Eric Toussaint, para citar alguns.

Este retorno a Porto Alegre, dez anos depois, tem algum significado especial?

Simbolicamente, Porto Alegre deveria se orgulhar de ter sido o berço do Fórum Social Mundial. Foram as condições políticas de Porto Alegre que propiciaram o início desta caminhada. E não é qualquer caminhada. Nós tornamos Davos insignificante como a "universidade" do outro lado que dominava os debates. No ano passado, quando ocorria o Fórum em Belém, a revista liberal The Economist resumiu bem esse quadro ao fazer a seguinte comparação entre os ambientes do Fórum Econômico Mundial e do Fórum Social Mundial: enquanto Davos parece um enterro, Belém é uma festa. Nossa movimento é assim desde o início, marcado por muita esperança, alegria e vida. É esse o espírito que queremos irradiar pelo mundo. □

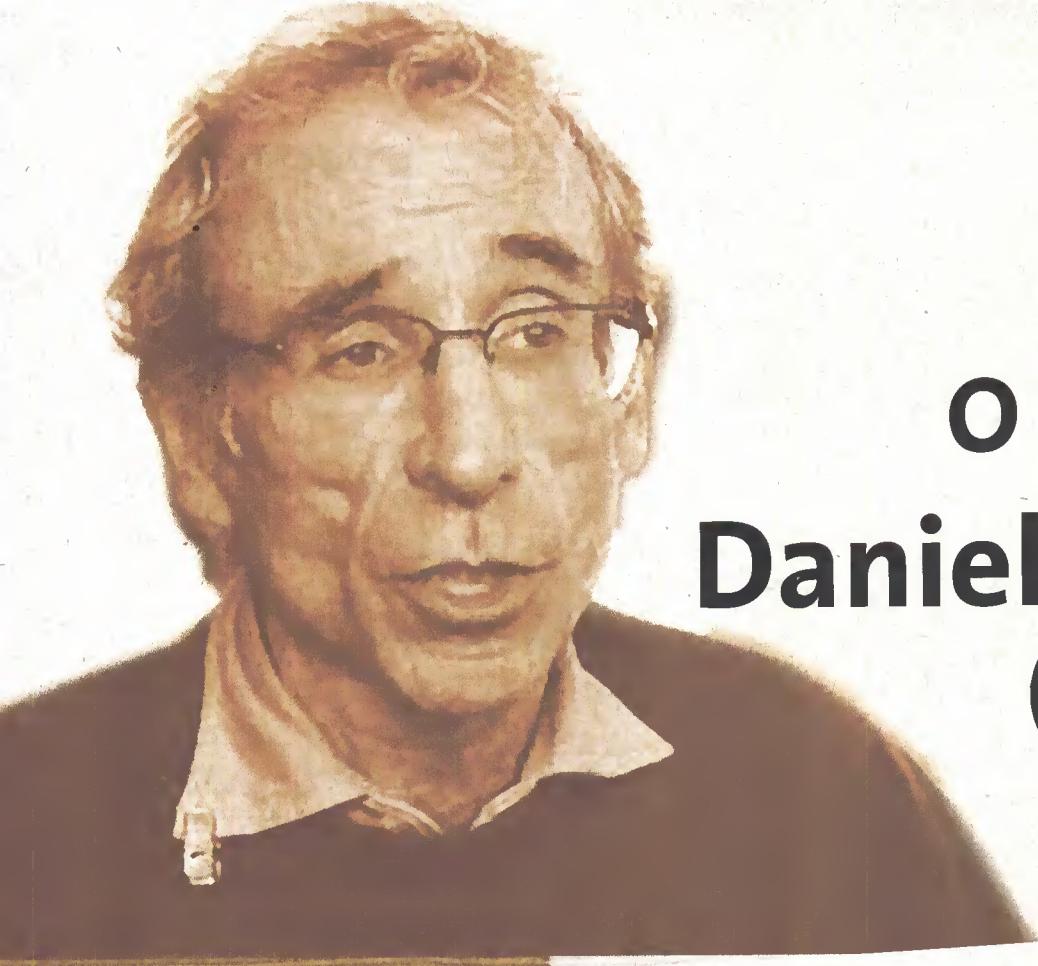


“Hoje, constamos que a cultura política do Fórum Social Mundial está evoluindo. Há uma clareza muito grande que a questão social não pode ser dissociada da ambiental. Até um tempo atrás, os movimentos ambientalistas não consideravam a questão social e as organizações que lutam por causas sociais não levavam em conta a agenda ambiental. A crise ambiental planetária nos obrigou a encarar esse problema e não é possível mais separar as duas coisas”.



Arquivo Verdepeto





O legado de Daniel Bensaïd (1946-2010)

por Marco Aurélio Weissheimer

"A crise, social, econômica, ecológica e moral de um capitalismo que não retrocede diante de seus próprios limites e cuja desmedida e irracionalidade crescentes ameaçam ao mesmo tempo a espécie humana e o planeta, volta a colocar na ordem do dia a atualidade de um comunismo radical, invocado por Benjamin diante do aumento dos perigos do período entre guerras".

Esse é o trecho do último artigo de Daniel Bensaïd, professor de Filosofia na Universidade Paris VII e militante de esquerda desde a juventude, que morreu dia 12 de janeiro, na capital francesa. Bensaïd tinha ligações estreitas com intelectuais e políticos de esquerda do Brasil e foi um ativo participante das edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Daniel nasceu em Toulouse há 64 anos. Foi dirigente destacado do maio de 68 na França. O primeiro texto de sua autoria – junto com Henri Weber – publicado no Brasil foi “Maio de 68 – Um ensaio geral”, traduzido do francês, datilografado em matriz e rodado no mimeógrafo do DAIU (centro acadêmico da Filosofia da UFRGS), em 1977. Bensaïd deixa um vasto e importante legado para o pensamento da esquerda contemporânea. Seu último artigo, uma análise sobre a atualidade do Manifesto Comunista e sobre algumas das lições que podem ser extraídas das derrotas da esquerda no século XX, pode ser visto como uma espécie de testamento político.

Um testamento coerente com a história de uma vida dedicada à militância política revolucionária na França e em vários países do mundo. Bensaïd foi um dos fundadores da Juventude Comunista Revolucionária, em 1966, e participou ativamente do movimento de Maio de 68, antes de participar da criação da Liga Comunista, em 1969, de orientação trotskista. Durante muitos anos, foi dirigente

da LCR e da Quarta Internacional. Em 2009, engajou-se na criação de um novo partido de esquerda na França, o NPA (Novo Partido Anti-Capitalista). Bensaïd publicou diversos livros de filosofia e debate político, ajudou a construir as revistas Critique Communiste e ContreTemps, defendendo nestes espaços um marxismo aberto e não dogmático.

Nos anos 90, já enfermo, passou a ter uma produção teórica impressionante, com dezenas de ensaios e livros, muitos deles traduzidos e publicados no Brasil, como, por exemplo, “Marx, o Intempestivo” (Civilização Brasileira, 1999).

Até seus últimos dias de vida, seguiu trabalhando e militando. Em seu último texto, sobre o Manifesto Comunista, expressou o objetivo desse compromisso de vida, a busca de um mundo onde o livre desenvolvimento de cada pessoa é condição para o livre desenvolvimento de todos. Essa formulação clássica de Marx, observa Bensaïd no ensaio, vai na contra-mão do que comumente se associa ao pensamento do autor de “O Capital”, que seria defensor de um coletivismo radical e contra todas as formas de individualismo.

Ao contrário, ela aparece “como a máxima de um livre desenvolvimento individual que não deveria ser confundido nem com as ilusões de um individualismo sem individualidade submetido ao conformismo publicitário, nem como igualitarismo grosseiro de um socialismo de quartel”. “O desenvolvimento das necessidades e das capacidades singulares de cada um e de cada uma contribui para o desenvolvimento universal da espécie humana. Reciprocamente, o livre desenvolvimento de cada um e de cada uma implica o livre desenvolvimento de todos, pois a emancipação não é um prazer solitário”, escreve ainda Bensaïd. Foi em defesa dessas idéias que dedicou sua vida e sua obra. □

O fascínio que vem do céu

A exposição “Em Casa, no Universo” faz parte da comemoração internacional do Ano da Astronomia e poderá ser visitada no Museu da Ufrgs até o dia 21 de maio..

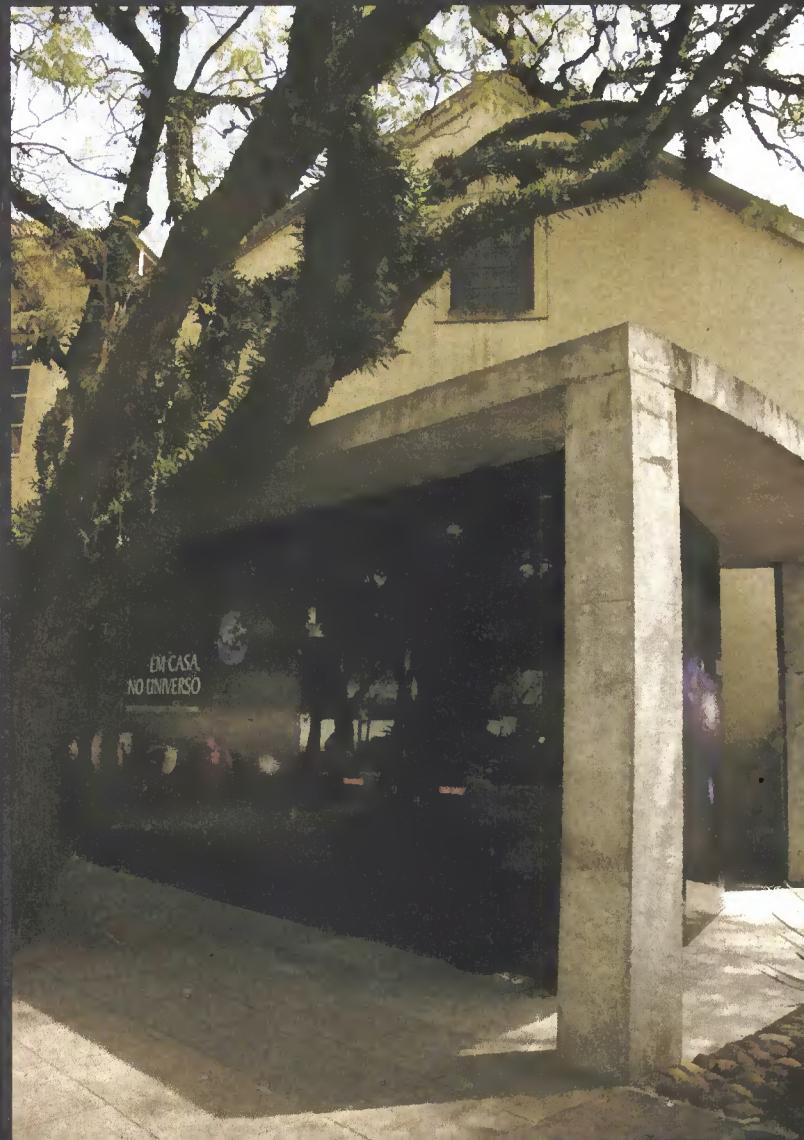
Por Maurício Boff

Entre todos, Pedro foi o único que teve coragem. Pedro poderia ser Paulo, José ou João Antônio. Conhecer – ao invés de proteger por vocação – foi a prova da bravura. Aconteceu em um domingo de agosto, mas poderia ser julho – ou setembro. Naquele final de tarde de agosto, o vento gelado fazia flutuar umas poucas folhas que, apesar do inverno, teimavam atadas à copa das árvores do Campus Centro. Excepcionalmente, o museu estava aberto naquele dia. Um último grupo de professores e estudantes visitava a exposição “Em Casa, no Universo” quando Pedro pediu à Direção para deixar as portas abertas por um pouco mais de tempo. A diretora da instituição, Cláudia Porcellis Aristimunha, lembra que o grupo de seguranças da Ufrgs estava curioso não apenas para conhecer a arte e a cultura que protegiam, mas para aprender sobre as estrelas, os planetas e o Universo. “Nessas horas, entendemos o valor do nosso trabalho”, diz.

O fascínio que a observação do céu produz nas pessoas, a necessidade de popularizar o estudo científico e celebrar esse ramo do conhecimento humano levou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a União Astronômica Internacional a promoverem 2009 como o Ano Internacional da Astronomia. Centenas de atividades educacionais foram organizadas nos

137 países (entre eles, o Brasil) que participaram oficialmente do evento. Uma das ações mais significativas foi a “100 Horas de Astronomia”, realizada em abril e considerada a maior divulgação da Astronomia na história da Humanidade. O objetivo foi envolver clubes de astronomia, planetários, entidades astronômicas profissionais e museus de todo o mundo para levar às pessoas a realizar as primeiras observações do céu, assim como fez Galileu Galilei com o telescópio há quatro séculos. A UNESCO estimou que mais de um milhão de pessoas participou da atividade.

O Museu da UFRGS, que também esteve no evento mun-



dial, irá manter a exposição "Em Casa, no Universo" até maio de 2010. Todos os dias, de segunda a sexta-feira, dezenas de estudantes, professores de escolas públicas e privadas de diversos municípios gaúchos e o público externo, como o cidadão portoalegrense, visitam a mostra. "O aluno aprende sobre o Sistema Solar em sala de aula e vem aqui comprovar", comemora a historiadora do museu, Lígia Ketzer Fagundes. Nem toda escola possui um laboratório adequado para observar o porquê dos anéis de Saturno, das luas de Júpiter e dos desafios do Homem em responder ao questionamento do novo milênio: existe vida em outro planeta além da Terra? A resposta, independente de qual seja, causará um impacto profundo no pensamento humano e os cientistas acreditam que poderá acontecer em poucas décadas.

Entender que o Homem e os problemas do cotidiano são como grãos de areia na poeira cósmica pede uma profunda reflexão – e que precisa ser exercitada, entende o curador da exposição e diretor do Observatório Astronômico da UFRGS, professor Basílio Xavier Santiago. Um exercício básico começa por analisar, em perspectiva, o simples desaparecimento de uma barra de chocolate do armário da cozinha frente a Terra e a imensidão do Cosmos. A vida ganha outro sentido se pensarmos que nossa cidade está inserida em um estado, que integra um país, que compõe um continente, limitado geograficamente por oceanos, que moldam a Terra, composta de uma Lua, que orbita uma estrela (o Sol), que junto com outros planetas definem o Sistema Solar, que é um pequeno grão para nossa galáxia (a Via Láctea), que é uma entre centenas de bilhões no Universo, que os cientistas conseguem medir com precisão a idade e a composição química, mas desconhecem exatamente onde termina. A análise em perspectiva leva às pessoas a refletirem em profundidade ao resgatar um mundo de ideias e de concepções em que o conhecimento é uma forma de riqueza – e que o repentina desaparecimento do chocolate causa um trauma gustativo, pelo menos, menos amargo. "A exposição demonstra que o conhecimento pode – e deve – ser passado de um cidadão para outro, além de ser acumulado através de gerações", defende o curador. □

Exposição "Em Casa, no Universo"

Funcionamento: até 21 de maio, de 2^a a 6^a, das 9h às 18h
Local: Museu da UFRGS (Av. Osvaldo Aranha, 277)
Fone: +55 51 3308.3390
www.museu.ufrgs.br

Errata: A edição anterior do Vida no Campus saiu sem o crédito das fotos. Elas pertencem ao Projeto Grumatá.



O ano de 2009 foi especial para o Departamento de Astronomia do Instituto de Física da Ufrgs. Ao completar 50 anos, o Instituto iniciou as atividades do Observatório do Campus do Vale e recebeu a nomeação da Chefe do Grupo de Pesquisa em Astrofísica, professora Thaisa Storchi-Bergman, para a Academia Brasileira de Ciências.

O novo Observatório do Campus do Vale (OCV) iniciou oficialmente suas atividades no dia 18 de dezembro, realizando observações de diversos objetos astronômicos – incluindo os planetas Júpiter e Urano, os aglomerados estelares 47 Tuc e Messier 41, além da Nebulosa de Órion. Dotado de cúpula astronômica inaugurada no terraço do prédio 43164 do Instituto de Física, o OCV irá aprimorar os esforços de apoio ao ensino e divulgação da Astronomia na universidade.

Além de Thaisa Storchi-Bergman, o professor e pesquisador da Ufrgs, Moacir Wajner - pós-doutor em erros inatos do metabolismo pelas Universidades de Londres (Inglaterra), de Heidelberg (Alemanha) e New Haven (EUA) - também foi nomeado para a ACB. Ele passou a integrar a seção de Ciências Biológicas.

A absurda punição da professora Maria Denise Bandeira

por Flávio Antônio Cauduro*

Acompanhamos pela mídia, em setembro de 2009, o desenrolar do ato praticado por um aluno da Escola Estadual de Ensino Médio Barão de Lucena, de Viamão, qual seja, a pichação de paredes da referida escola. Pelas informações veiculadas no jornal Correio do Povo, não foi a primeira nem a única vez que este estudante danificou a pintura das paredes da escola.

A professora Maria Denise Bandeira, vice-diretora, tomou a atitude educadora de fazer com que o referido jovem limpasse e pintasse as paredes que havia pichado. O procedimento da professora, que deveria ter recebido todo o apoio, acabou provocando abertura de processo pela justiça (?). A reportagem do Correio do Povo, de 5 de dezembro, informa que ela assinou acordo para pagar multa no valor de meio salário mínimo para evitar processo criminal proposto pela promotora de Justiça da Infância e da Juventude, Daniela Lucca da Silva. Que absurdo! Que exemplo e que sinalização está promovida à sociedade! A isto se chama de impunidade. Esta promotora não deve saber que todo ato praticado tem uma consequência. Ao tomar esta atitude absurda, a referida promotora: a) está subtraindo a autoridade de uma educadora; b) está autorizando e incentivando que atos como o referido sejam praticados pelos jovens. É desta forma que se inicia e se enraíza a impunidade neste país, fato tão abominado pela "sociedade de bem".

A atitude da professora impôs limites e trilhou o caminho para a formação de um cidadão íntegro, honesto e do bem. A atitude da promotora trilhou o caminho oposto, o do "jeitinho", o de passar a mão por cima, do coitadinho, do jovem que deve ser protegido faça o que fizer. Não é este tipo de "proteção" que formará o bom cidadão. Os alunos daquela escola provavelmente serão incentivados a seguir o exemplo do

pichador, pois sabem que nada vai acontecer e que a multa aplicada à professora irá engordar o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. É isto o que o ato da promotora provavelmente acarretará.

A sociedade quase diariamente assiste indignada a membros do atual Governo Federal, bem como de outros agentes estaduais, colocando dinheiro em cuecas, meias, pastas, etc., dinheiro este pago como impostos pelo sofrido povo brasileiro. A ação da promotora tem tudo para que fatos como estes não só se perpetuem como aumentem em nosso país.

Estamos assistindo em nosso país o comportamento violento e autodestrutivo alastrar-se entre os jovens. Os desajustes e a inadequação tornam-se uma realidade crescente em nossa sociedade. Os jovens são naturalmente mais atraídos para a aventura, o risco, do que para o certo, o bem-comportado. Ao não concordarmos com o que está ocorrendo, atuamos como voluntário no programa Amor-Exigente. O lema central do Amor-Exigente é: Nós o amamos, mas não aceitamos o que você está fazendo de errado! É o que fez a professora Denise. Parabéns! Sugiro à promotora Daniela pensar sobre isto.

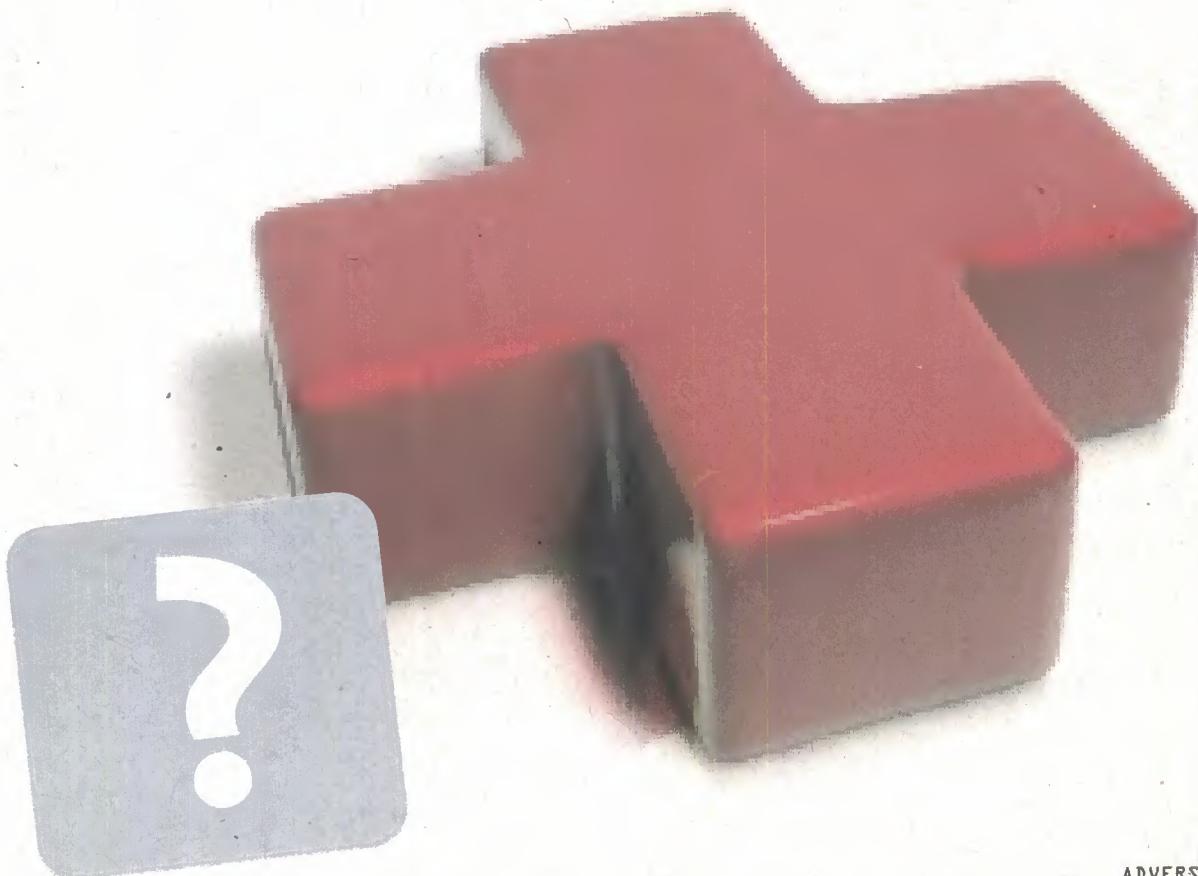
Professora Denise: a senhora tem todo o nosso respeito, solidariedade e admiração pelo seu ato. A senhora é uma verdadeira educadora. Não esmoreça. O Brasil precisa de pessoas de bem e que tenham clareza do que significa educar. Seu exemplo significa nossa classe, pois também fui professor. Basta de sermos o país do "jeitinho", da "sacanagem", da impunidade e de que tudo é permitido. Moralidade e sobriedade, já. ☺

* Professor aposentado da UFRGS e voluntário da organização Amor-Exigente
flaviocauduro@terra.com.br

Ufrgs abrirá licitação para contratar Plano de Saúde

O reitor Carlos Alexandre Netto declara que cabe somente à Administração Central da Universidade a contratação do serviço de assistência à saúde dos servidores. Até o final de janeiro será constituída a Comissão que realizará o edital de licitação. O documento será publicado até o início de abril.

por Raquel de Lima





O edital de licitação para a contratação do novo plano de saúde dos servidores (professores e técnico-administrativos) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) deve ser publicado em meados de março ou, no máximo, no início de abril. A garantia vem do reitor da Universidade, Carlos Alexandre Netto, que, em entrevista à Adverso, informou que a Comissão que produzirá o documento será nomeada até o fim de janeiro.

Netto anunciou o compromisso de contratar o novo Plano de Saúde antes do término do contrato do Plano de Saúde atual, firmado com a Unimed Porto Alegre, que encerra em 31 de julho de forma improrrogável. "As fases da licitação têm, algumas vezes, períodos um pouco longos, mas estamos contando todos os prazos para que tenhamos uma licitação com resultado positivo. Não podemos correr o risco de chegar ao meio do ano sem um novo Plano de Saúde", informou, garantindo que há tempo para a tramitação de todo o processo de licitação.

A Universidade optou pela forma de contratação devido à urgência e também pela impossibilidade da realização de Convênio com a Fundação de Seguridade Social (Geap), prestadora de serviços para os servidores da Administração Pública, que está sob processo judicial. O Tribunal de Contas da União (TCU) vedou a celebração de convênios da Geap com órgãos e entidades que não sejam seus patrocinadores originais. "Em 2009, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) editou a Portaria nº 3, que possibilitava o resarcimento dos gastos com o Plano de Saúde aos servidores das Instituições que optassem pela forma Convênio. Isso fez com que nós pensássemos em rever a situação do tipo de serviço oferecido e, por isso, chegamos a considerar a possibilidade de ouvir novamente a comunidade. Mas ao final do ano, por medida judicial, todos os convênios com a Geap não podem mais existir", explica. O reitor acrescentou que a Universidade não vai aguardar a decisão judicial em relação à Geap. "Nós temos uma pressão de tempo, se

isso demorar a acontecer, encerra-se o contrato e todos ficarão sem cobertura".

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) da Ufrgs já encaminhou ao MPOG uma solicitação para que se altere, mais uma vez, a legislação em relação à assistência à saúde. "Nós estamos trabalhando com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Como o MPOG abriu possibilidade de conviver o resarcimento com o Convênio não há razão para fazer o mesmo com o Contrato. Isto atenderá as demandas da maioria dos servidores e técnico-administrativos. Ou seja, quem aderir ao contrato oficial da Universidade vai receber o resarcimento assim como aqueles que optaram por outros contratos e quiserem mantê-los".

A experiência com licitações para o serviço de assistência à saúde do servidor deve colaborar para que esta seja a última licitação realizada, pelo menos até o fim do contrato com a nova operadora. Desde 2007, foram feitas cinco licitações, a maior parte esvaziada, ou seja, sem candidatos, e uma última não obteve vencedor devido ao alto valor oferecido pelo proponente. "É claro que houve todo um aprendizado com essas licitações, que acabaram não dando resultado positivo.

Vamos começar de novo. Essa é a única alternativa que temos hoje para oferecer o Plano de Saúde à comunidade".

O objetivo da Universidade é aprovar uma operadora que tenha condições de oferecer atendimento à saúde segundo a legislação atual. A Instituição será a única responsável pela administração do Plano. "Nós vamos fazer um contrato de acordo com o que é válido para os Planos de Saúde, o que será um avanço para todos. A Ufrgs entende que cabe à sua Administração Central esta responsabilidade de buscar a solução para o atendimento complementar à saúde. Isso é nosso dever e assim estamos encarando. A Universidade vai fazer a licitação e é ela que assina o contrato".

Para a Diretoria da Adurs-Sindical a obrigação de contratar ou corvenir um plano de saúde é do empregador. Diante da situação, o Sindicato afirma que não vai medir esforços para impedir a descontinuidade no atendi-

"Nós vamos fazer um contrato de acordo com o que hoje é válido para os planos de saúde. Será um avanço para todos. A Ufrgs entende que cabe somente à sua Administração Central esta responsabilidade de buscar a solução para o atendimento complementar à saúde. Isso é nosso dever e assim estamos encarando", destaca Netto.



mento do Plano de Saúde a seus associados, professores da Ufrgs. Além disto, a vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben, informa que, como o Sindicato representa todos os professores das IFES de Porto Alegre, também está realizando estudos e negociações para a implantação de um contrato de plano de saúde que proporcione a devida cobertura aos professores da UFCSPA e do IFRS-Campus Porto Alegre, dentro das condições aprovadas em Assembléia Geral de 1º de abril de 2009.

Plano de Saúde Ufrgs-Unimed

O Plano de Saúde da Ufrgs é controverso e antigo. Firmado em 1991, o Contrato Empresarial com a Unimed Porto Alegre passou por sucessivas renovações, mas está longe das exigências da Agência Nacional de Saúde, inclusive as estabelecidas pela Lei nº 9.656/98, que trouxe várias conquistas para os usuários.

Desde então, o Contrato tem sido prorrogado a partir da manifestação dos usuários, ou seja, não é a Universidade quem o gerencia. Isto é feito pela Comissão de Usuários do Plano de Saúde Ufrgs/Unimed, eleita em assembleia, onde se negocia alterações e melhorias no atendimento.

O Coordenador da Comissão, professor Lúcio Hagemann, reconhece que os usuários têm muitas dificuldades no uso do Plano, pois vários serviços de saúde não têm cobertura, como a realização de implantes, próteses e procedimentos na área oftalmológica. Mesmo com algumas alterações, obtidas por meio de muita negociação com a operadora, o Plano atual é considerado insatisfatório. A dificuldade, segundo ele, é que o contrato inicial é impreciso em relação às possibilidades de procedimentos cobertos e não dá abertura à negociação. "Enfrentamos muitas dificuldades. Não há nitidez e definição quanto ao que a Unimed cobre ou não, a não ser para os procedimentos mais clássicos, como exame médico e de rotina. Isso torna a tarefa da comissão mais complicada. Esta pleiteia melhorias quase como se fosse um favor. É imprescindível que se resolva essa situação. Mais de 8 mil pessoas estão dependendo desse serviço", diz Hagemann.

A receita de pagamento dos usuários à Unimed,

somente no mês de dezembro, foi de 2,2 milhões de reais. Durante todo o ano de 2009, a operadora recebeu o valor de 24,2 milhões. De acordo com informações prestadas pela Comissão de Usuários, o gasto administrativo informado pela operadora chegou a 3,3 milhões.

Licitações e consulta pública

Em 2007 foi publicada a Portaria nº 1 da Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, que previa que as instituições teriam que optar entre três possibilidades: contrato, convênio ou resarcimento aos servidores. A Ufrgs realizou, então, uma consulta eletrônica que revelou que mais de 70% dos servidores preferiam a modalidade contrato e apenas 30% o convênio. ☐



Carlos Alexandre Netto garante que há tempo para realizar todos os trâmites da licitação.



Foi montada à época uma Comissão, com representantes da Adufrgs, da Assufrgs e da Universidade, que realizou licitações, mas nenhuma obteve sucesso. Esta situação mudou quando o MPOG autorizou o resarcimento aos servidores que se enquadravam nas situações de contrato caso a Instituição optasse pelo convênio. Diante disso, a Ufrgs decidiu realizar uma nova consulta aos servidores. Se a maioria optasse pela forma contrato, a Universidade abriria novo processo licitatório, tendo direito somente ao resarcimento os servidores que aderissem à operadora contratada. Se a preferência fosse convênio, os servidores poderiam aderir a este ou buscar alternativas, por meio de contratos individuais ou em grupo.

No entanto, após a notícia de que a Geap – único órgão habilitado oficialmente para realizar convênios com a Universidade – estava sob processo judicial no Tribunal de Contas da União, a Reitoria da Ufrgs abandonou a idéia da consulta e anunciou que faria nova licitação para a contratação de novo serviço de saúde. □

Geap

O Tribunal de Contas da União (TCU) vedou a celebração de convênios da Geap com outros órgãos e entidades que não os órgãos que participam de sua gestão: os Ministérios da Previdência, da Saúde, a empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DataPrev) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Atualmente, o processo está sendo analisado pelo Supremo Tribunal Federal. O julgamento no STF teve início em outubro e está empatado.

No último dia 28 de novembro, a Comissão de Defesa do Consumidor aprovou o relatório sobre a Proposta de Fiscalização e Controle 92/09, que investiga a aplicação dos recursos destinados à assistência à saúde do servidor público federal ativo ou inativo e de seus familiares. A deliberação parte do aumento do custeio dos planos de saúde administrados pela fundação para 2009, o que resultou no aumento das contribuições a partir de janeiro de 2010.

A Geap é uma entidade fechada de Previdência Complementar (EFPC) sem fins lucrativos, criada em 1945. Ela oferece aos servidores públicos federais, estaduais e municipais planos e programas de saúde, assistência social e previdência. Atualmente, tem mais de 700 mil usuários e 25 mil prestadores de serviço em todo o país. Sua gestão participativa está garantida nos Conselhos Deliberativo, Consultivo e Fiscal, compostos paritariamente por representantes indicados pelas patrocinadoras e representantes de servidores.

Planos têm nova cobertura obrigatória

Mais de 44 milhões de segurados dos planos de saúde privados contarão com 70 novos procedimentos médicos e odontológicos a partir de 7 de junho. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou no início de janeiro uma nova lista de procedimentos que deverão ser incluídos nos serviços de saúde. Por enquanto, o plano de saúde da Ufrgs não está incluído na novidade, pois a norma é válida apenas para os contratos celebrados a partir de janeiro de 1999, quando entrou em vigor a Lei nº 9.656/98, que regula o setor.

A nova lista inclui exames como o PET-Scan – utilizado no diagnóstico de câncer de pulmão – mais de 20 tipos de cirurgias torácicas por vídeo, o teste rápido de HIV para gestantes e o transplante heterólogo de medula óssea, quando realizado de uma pessoa para outra. Já para o segmento odontológico, entre os principais procedimentos que passam a ser cobertos pelos planos estão a colocação de coroa unitária e bloco dentário.

O número de consultas a outros especialistas também foi ampliado. As consultas a psicólogos estão previstas em 40 sessões por ano. Antes eram 12. Os fonoaudiólogos, passou de 6 para 24 sessões/ano, terapeutas ocupacionais de 6 para 12 sessões/ano e aos nutricionistas também de 6 para 12 sessões/ano.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) também divulgou em nota, no seu portal, que transplantes como o de coração, fígado e de pulmão não deveriam ter ficado de fora do novo rol. "O Idec considera que a própria existência do rol de coberturas obrigatórias é questionável. A Lei 9.656/98 garante aos consumidores a cobertura de todas as doenças listadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS)", diz.

Os reajustes das mensalidades em 2010, que serão anunciados entre abril e maio, não levarão em consideração estas novas coberturas. Ao longo de 2010, a agência observará como os novos procedimentos impactaram os planos para o reajuste de 2011. Quando houve a última revisão do rol, em 2008, a ANS concedeu um reajuste de 6,76%, sendo que 1% estava relacionado aos custos dos novos procedimentos.

Breve análise da MP 479 e as alterações no RJU, que trazem mudanças para as Carreiras do Funcionalismo

A recente Medida Provisória 479, de 30.12.2009, trouxe mudanças para diversas carreiras do funcionalismo (IPEA, Técnicos do Planejamento, Peritos da Previdência, entre outras) e alterou alguns artigos do Regime Jurídico Único, Lei nº8112/90. Neste artigo encontram-se exclusivamente as alterações que afetam todo o funcionalismo, ou seja, as alterações do RJU, pois uma análise integral da MP demandaria um trabalho de muito maior fôlego.

Francis Campos Bordas
Advogado Integrante do escritório
BORDAS ADVOGADOS ASSOCIADOS

Alterações no artigo 83 do RJU – licença por motivo de doença

Na redação original do RJU, de 1990, a Licença por motivo de doença na família era cabível em várias hipóteses. Já em 1997 o artigo 83 sofreu uma primeira alteração, sendo substituídas as hipóteses de licença para acompanhamento de “ascendentes” e “descendentes”, por expressões mais precisas – e ao mesmo tempo limitantes – tais como “pais” e “filhos” respectivamente.

Porém, a modificação mais significativa diz respeito aos períodos da licença, os quais também já sofreram mudanças:

? De 90 a 97 poderia ser de 90 dias, prorrogáveis por igual período, mantendo-se a remuneração. Ultrapassado o prazo, poderia ser mantida sem remuneração, sem definição de prazo máximo.

? De 97 a 2009, o prazo foi reduzido para 30 dias, prorrogáveis pelo mesmo período, porém, se ultrapassados estes 60 dias, a licença prosseguiria sem remuneração até mais 90 dias, apenas.

? A mais recente alteração prevê:

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições:

I - por até sessenta dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até noventa dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º O início do interstício de doze meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de doze meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.” (NR)

Logo, a grande modificação é a criação de um interstício, o que nos dissonante da própria natureza imprevisível de uma doença e sua evolução. Por exemplo: em caso de doença terminal que se prolongue por tempo maior que o previsto na lei, deverá o servidor se aguardar o encerramento do interstício para poder solicitar nova licença.

Alteração da licença para pós-doutorado

A MP 479 trouxe modificação parcial do artigo 96-A do RJU, o qual trata exclusivamente do “Afastamento para Participação em Programa de

Pós-Graduação Stricto Sensu no País". É preciso recordar que a principal mudança do RJU quanto às licenças para pós-graduação no país ocorreu em 2008, quando a MP 441 (convertida na Lei 11907/2009) disciplinou as licenças para afastamento de estudo de forma separada, ou seja, o artigo 96-A para os afastamentos no país, mantendo o estudo no exterior regrado pelo artigo 95.

A mudança trazida pela MP 479 é sutil, pois afeta apenas o parágrafo 3º do artigo 96-A. Vejamos:

Redação anterior:

§ 3º Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 4 (quatro) anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares, para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 4 (quatro) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

Redação nova:

§ 3º Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou com fundamento neste artigo, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

Como se vê, a concessão de licença para pós-doutorado exige:

? Ser titular de cargo efetivo há pelo menos 4 anos (computado o estágio probatório);

? Que nos últimos 4 anos não tenha: a) se afastado para tratar de assuntos particulares ou b) se afastado para pós-graduação no país.

Lógico, foi retirada uma das restrições à concessão de licença, a saber, já ter gozado licença para capacitação nos últimos quatro anos. A Licença para Capacitação (LC) foi criada em 1997 em substituição à antiga licença-prêmio e é cabível na seguinte hipótese: o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional (redação atual do art. 87 do RJU). Provavelmente, o que levou o Governo a fazer esta alteração é o fato de que, na prática, a licença para capacitação é pouco usual, já que sempre dependeu de interesse da administração. Além disso, por ser restrito a 3 meses, dificilmente o servidor teria qualquer vantagem com um afastamento tão curto. Logo, não nos parece possível afirmar que a MP trouxe qualquer vantagem significativa.

Alterações com relação às carreiras docentes

Destacamos abaixo algumas das alterações trazidas pela MP no que toca às carreiras do Magistério Superior (CMS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Art. 108-A - Possibilidade de enquadramento no EBTT dos professores vinculados ao Ministério da Defesa e dos ex-territórios: A MP cria a possibilidade de que estes professores passem a integrar o quadro do EBTT, desde que expressamente requerido até 31/7/2010. Os pedidos serão apreciados pelo MEC em até 120 dias, oportunidade em que será verificada, sobretudo, a titulação mínima (licenciatura plena ou habilitação legal equivalente). Caso deferido o enquadramento, os professores de IFEs vinculadas ao Ministério da Defesa permanecerão no Quadro de Pessoal destas, ao passo que os professores dos ex-territórios passarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento (MPOG). No interesse da administração, estes professores poderão futuramente ser transpostos para IFEs vinculadas ao MEC.

O artigo 26 e o anexo V-A da Lei 11344 (retribuição por titulação): O art. 26 da MP 479 mostra-se completamente fora do contexto da Medida Provisória, pois, simplesmente altera o anexo V-a da Lei 11344/2008 (que trata da fixação do valor da retribuição por titulação aos professores do magistério superior) sem que nenhuma disposição da lei tenha se alterado. E mais grave, no anexo XXIV da MP, que substitui aquele, foi simplesmente esquecido o regime de 20 horas semanais. Além disso, comparados os valores constantes nos anexos "revogado" e "novo", constata-se que são iguais no que toca ao regime de DE e 40 horas. Por que razão uma lei alteraria outra e manteria o mesmo texto? Houve manifesto equívoco de redação da MP, o que, aliás, foi confirmado verbalmente pelo Ministério do Planejamento, segundo informações repassadas por diretores do PROIFES. E, realmente, não poderia ser outra causa que não o engano, pois do contrário, ter-se-ia uma norma que validamente estabelece a remuneração conforme a titulação para todos os docentes, salvo aqueles de 20 horas, os quais, aliás, até então percebiam. Haveria uma redução nominal de vencimentos, etc. Portanto, espera-se que o equívoco seja em breve sanado. 

Brasil ainda não está entre países com índice ideal proposto pela Unesco

Programas governamentais como o Bolsa Família, o Fome Zero e o Brasil Alfabetizado ajudaram o Brasil a melhorar nos índices de educação avaliados pela Unesco no relatório Alcançando os Marginalizados, divulgado no dia 19 de janeiro. No entanto, estes avanços não foram suficientes para tirar o país de uma posição intermediária no continente, ficando ao lado de países como Peru, Paraguai e Bolívia, de acordo com a agência da ONU. Argentina, Cuba e México, entre outros, já alcançaram ou estão próximos de alcançar o índice ideal proposto pela Unesco.

Apesar de progressos entre os anos de 1999 e 2007, o Brasil permanece sendo o país com a maior população de crianças fora da escola na região do Caribe e América Latina e o 12º país na esfera mundial. No

Brasil, 901 mil crianças, com idade entre 7 e 10 anos, estavam fora da escola em 2007 - ao redor do mundo, 72 milhões de crianças não tinham acesso à educação. Outro ponto crítico levantado pela pesquisa é a alta taxa de repetência na escola primária no Brasil. Enquanto a taxa de repetência na região da América Latina e Caribe era menor do que 4% em 2007, no Brasil, ela chegava a 19%.

O Relatório de Monitoramento Global da Unesco avalia o progresso feito em 160 países para alcançar os seis objetivos propostos pelo projeto Educação Para Todos. O projeto foi assinado pela comunidade internacional em 2000, em Dacar, no Senegal, e estabelece metas específicas a serem alcançadas até o ano de 2015.

Fonte: BBC Brasil

Maior salário do Executivo Federal é de um servidor da UFC

O maior salário do Executivo Federal em agosto de 2009, de acordo com os dados publicados na portaria do Ministério do Planejamento, ainda é o de um servidor da Universidade Federal do Ceará, que tem remuneração total de R\$ 46.430,42. O alto salário que esse servidor recebe é decorrente de sentença judicial.

Além desse caso, há outros quatro servidores com remuneração total (remuneração inicial somada à decisão judicial) superior ao teto salarial da administração pública: um no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, um na Universidade Federal do Acre, um na Universidade Federal de Minas Gerais e um na Universidade Rural Federal do Rio de Janeiro. Os menores salários da administração federal são de servidores do Comando do Exército, da Fundação Nacional de Saúde, do Comando da Marinha, da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal do Espírito Santo.

A portaria nº 190 é publicada três vezes ao ano, a cada quadrimestre, e traz brutos os valores das remunerações dos servidores federais, sem incidência de descontos, impostos ou contribuições.

Fonte: Ministério do Planejamento



País perde Zilda Arns

O Brasil lamenta a morte de Zilda Arns, vítima do terremoto ocorrido no Haiti. A médica pediatra e sanitária fundou a Pastoral da Criança, órgão de Ação Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), e era conselheira do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social brasileiro. A Pastoral estima que cerca de dois milhões de crianças e mais de 80 mil gestantes sejam acompanhadas todos os meses pela entidade em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania. Zilda Arns foi indicada por três vezes ao Prêmio Nobel da Paz.

Relatório aponta crescimento de ataques a grupos de direitos humanos

Grupos de direitos humanos sofreram um intenso retrocesso em 2009 em alguns países, com casos de ativistas sendo assediados, detidos e mortos, denunciou a Human Rights Watch, ONG americana que faz pesquisa e advoga no campo dos direitos humanos, tendo a sua sede em Nova York. Em seu 20º Relatório Anual sobre os Direitos Humanos no mundo, o grupo afirmou que os ataques contra os ativistas não se limitaram a países autoritários, como Mianmar e China. Houve um aumento nas agressões contra monitores de direitos humanos em países com governos eleitos, e que enfrentam insurgências. A organização pediu aos governos que tornem os direitos humanos um fundamento da diplomacia.

O relatório informou que monitores dos direitos humanos foram mortos na Rússia, no Sri Lanka, no Quênia, no Burundi e no Afeganistão. O Sudão e a China fecharam rotineiramente grupos de direitos humanos e o Irã e Uzbequistão assediaram e prenderam ativistas. Colômbia, Venezuela e Nicarágua foram acusadas de ameaçar e molestar ativistas e a violência foi usada em locais como a República Democrática do Congo e o Sri Lanka, disse a Human Rights Watch.

Alguns governos, como os da Etiópia e do Egito, adotam regulamentos extremamente restritivos para suprimir o trabalho de organizações não governamentais. Outros países cassaram advogados (China e Irã), abriram processos criminais (Uzbequistão e Turcomenistão) e por difamação (Rússia e Azerbaijão) para silenciar os críticos, disse o relatório. A ONG informa também que grupos de direitos humanos locais e internacionais trabalhando em Israel têm enfrentado um clima mais hostil desde a guerra em Gaza, ocorrida um ano atrás.

Fonte: Reuters



Fundação Biblioteca Nacional terá novo acervo de obras musicais brasileiras

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no Rio de Janeiro, aumentará seu arquivo de obras musicais a partir de 2010. O presidente Lula sancionou a Lei Nº 12.192, que exige das gravadoras a entrega de dois ou mais exemplares e uma cópia digital de toda publicação musical lançada. Serão CDs, DVDs e partituras musicais disponíveis para consulta pública, servindo como fonte de pesquisa, divulgação e preservação da memória musical brasileira. A lei atinge tanto obras vendidas no mercado como distribuídas gratuitamente.

É a segunda vez que o tema passa pelo Congresso. Em 2004, obras musicais também faziam parte do projeto de lei que originou o depósito legal de publicações (Lei nº 10.994), mantido pela FNB e que está restrito a impressos. A Fundação já possui um setor onde estão disponibilizadas obras musicais entregues voluntariamente pelas gravadoras, mas não existe previsão numérica do aumento do acervo com a nova lei. As gravadoras que não se adequarem à nova lei poderão ser multadas em cem vezes o valor da obra.

Fonte: Ministério da Cultura

Governo sanciona Lei que cria a universidade de integração latino-americana

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) terá proposta acadêmica inter e transdisciplinar, com aulas bilíngues em português e espanhol. Metade dos professores e alunos será de brasileiros e a outra metade virá de outros países da região. Localizada na tríplice fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai, na cidade de Foz do Iguaçu (Brasil), a Universidade funcionará provisoriamente nas instalações da usina de Itaipu, que doou uma área de 38,9 hectares para a construção do futuro campus. O projeto arquitetônico é de Oscar Niemeyer.

O projeto político-acadêmico visa a articulação entre a graduação, a pós-graduação e as linhas de pesquisa. Ele terá quatro eixos: integração no plano da cultura, das instituições, da biociência e da integração física. As aulas da graduação estão previstas para iniciar no segundo semestre deste ano e, nos próximos meses, deverá ocorrer a abertura de concursos para professores, técnicos administrativos. A Lei 2878/08, que cria a Unila, foi sancionada no dia 12 de janeiro pelo presidente Lula. A intenção é atender 10 mil alunos até 2015.

Fonte: Agencia Brasil

Comissão pedirá cópias à UCS

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça pretende procurar a Universidade de Caxias do Sul (UCS) para pedir acesso a documentos do período da Ditadura Militar (1964-1985). De acordo com matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, uma série de documentos dados como perdidos expõe os bastidores da perseguição política contra docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O material encontra-se no acervo do Centro de Documentação da UCS e é composto por centenas de páginas de atas de uma Comissão Especial de Investigação Sumária (Ceis) criada na Universidade em maio de 1964 com o objetivo de punir a "subversão política" na instituição. As atas de reuniões, cópias de decretos e leis e depoimentos de acadêmicos fazem parte do arquivo do sociólogo Laudelino Teixeira de Medeiros, morto em 1999. Há cerca de 10 anos, a UCS comprou a biblioteca de Laudelino e também recebeu de familiares do pesquisador a doação de outros documentos, entre os quais os papéis datados da época da Ditadura.

Fonte: Folha de S. Paulo



Físico substitui Marco Antonio Zago na presidência do CNPq

O presidente do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o médico e cientista Marco Antonio Zago, deve deixar o cargo até o fim do mês para ocupar a pró-reitoria de pesquisa da USP (Universidade de São Paulo). Em seu lugar, deve entrar o físico Carlos Aragão Filho, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Ciência e Tecnologia. Aragão, que trabalha na área de física de partículas, foi diretor de desenvolvimento da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

Fonte: Folha de S. Paulo

<http://culturadigital.br/marcocivil/>

The screenshot shows the homepage of the 'Marco Civil da Internet' (Civil Code of the Internet) website. It features a header with logos for the Ministry of Justice and the Brazilian Federal Government. Below the header, there's a main section with the title 'Marco Civil da Internet' and a sub-section 'seus direitos e deveres em discussão'. There are several columns of text and links, including sections for 'NETA' and 'DIREITOS FUNDAMENTAIS'. A sidebar on the right contains links for 'Contribuições em blogs (via trackbacks)', 'Regulamentação', and 'Legislação'.

O Projeto de Lei do novo Marco Regulatório da Internet deve chegar ao Congresso Nacional até março deste ano. Ele foi produzido nos últimos meses de 2009 pelo Ministério da Justiça por meio de um processo de construção colaborativa na própria Internet com a participação ativa dos inúmeros atores sociais envolvidos no tema (usuários, Academia, representantes da iniciativa privada, parlamentares e representantes do governo). A minuta do Projeto de Lei vai passar por uma segunda consulta pública quando estiver pronta, entre janeiro e fevereiro. Além do blog e dos fóruns de discussão, o processo também poderá ser acompanhado pelo Twitter (usuário @marcocivil).

<http://haiti.org.br/>

O site já existia bem antes do terremoto que causou a tragédia no Haiti. É um portal colaborativo onde uma rede de comunicadores, intelectuais, artistas e ativistas discutem por meio de notícias, artigos e entrevistas sobre o que acontece naquele país. O foco é cidadania, política, direitos humanos, economia e cultura, mas, agora, abre espaço para todos que queiram se solidarizar com o Haiti e colaborar com alternativas concretas para sua reconstrução.

The screenshot shows the homepage of HAITI.ORG.BR. At the top, there's a navigation bar with links for 'Home', 'O Projeto', 'Quem Somos', 'Biblioteca', and 'Colabore'. Below the navigation, there's a banner with the text 'Jornalismo, Direitos Humanos e Solidariedade'. The main content area has sections for 'Notícias', 'Reportagens', 'Rádios', and 'Na rede'. There are several news articles with images and titles, such as '#haitibr: jornalismo solidário em rede' and 'Médicos Sem Fronteiras já realizaram 500 cirurgias'. On the right side, there's a sidebar for 'Bon Bagay Haiti' with a video player and a link to 'Bon Bagay Haiti - Histórias'. At the bottom, there's a 'Categorias' section and a 'Núm. de tags' section.

<http://www.mj.gov.br/sedh/pndh3/index.html>

The screenshot shows the homepage of the PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos - 3) website. The page has a dark blue header with the text 'Presidência da República' and 'Secretaria de Estado dos Direitos Humanos - SEDH'. Below the header, there's a large banner with the text 'PNDH - 3' and 'Programa Nacional de Direitos Humanos - 3'. The main content area has sections for 'apresentação', 'Integral', and 'PNDH (3)'. There are also links for 'Imagens', 'Discursos', and 'Documentos'. At the bottom, there's a footer with small text and links.

Desde o seu lançamento no fim do ano passado, o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 enfrentou críticas da Igreja Católica, dos militares, dos ruralistas e dos ministros da Defesa, Nelson Jobim e da Agricultura, Reinholt Stephan. A mídia, que até então não havia dedicado tanto espaço ao tema - o processo público de elaboração do documento levou um ano até a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, em dezembro de 2008 - faz quase uma campanha de objeção global ao Programa, sem aprofundamento na análise do texto do documento e da história dos dois primeiros programas de Direitos Humanos do país. Baseiam-se apenas nas reações de alguns setores da sociedade. No site do PNDH-3, divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República e pelo Ministério da Justiça desde o início da construção do documento, cada cidadão tem acesso à íntegra do documento proposto. O site da SEDH também hospeda o Programa Nacional de Direitos Humanos 2.

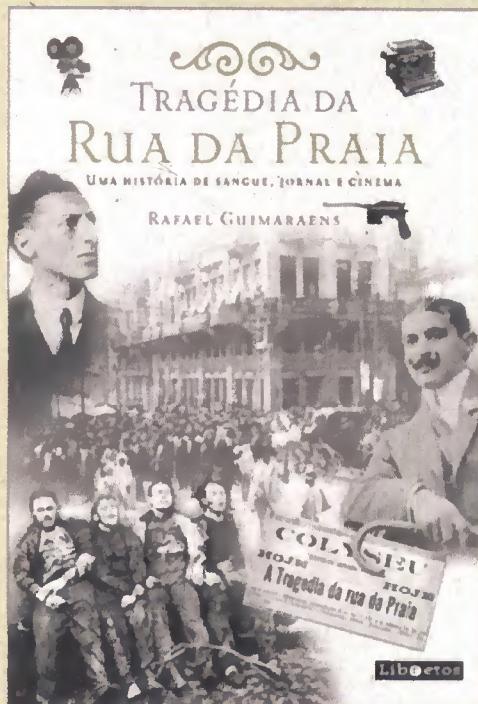
Tragédia da Rua da Praia

Uma história de Sangue, Jornal e Cinema

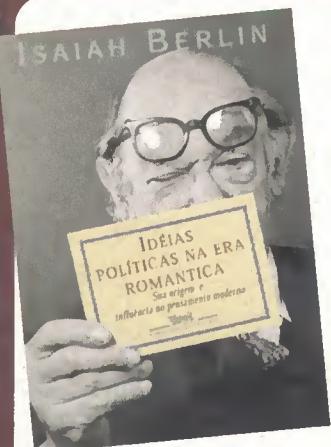
Rafael Guimaraens
Editora Libretos

Setembro de 1911. Um audacioso assalto assombra Porto Alegre. Quatro estrangeiros misteriosos deixaram um rastro de joias, dinheiro e sangue. Uma fuga alucinada pelas ruas do Centro. A pé, de carroça, de bonde, na carroça do leiteiro. Gritos e correrias. A polícia no encalço dos quatro foragidos. Os jornalistas perseguem notícias. O pânico tumultua o cotidiano. Um problema para o governo. Um fôlego para a oposição. O crime vai para o centro da disputa política, para as discussões nos cafés. Competições de manchetes. Tropas em prontidão. Prisões em massa. Os anarquistas em alerta. Os judeus relembram pesadelos.

Histórias secretas vêm à tona. Cenas cinematográficas. Um filme sobre o crime é produzido em menos de dez dias. Os fatos misturam-se à ficção. A Tragédia da Rua da Praia é um caso de polícia. E de cinema. A narrativa de Rafael Guimaraens reúne história, reportagem, romance, e apresenta ao leitor um panorama político e cultural da Porto Alegre do início do século passado. A obra é ilustrada com imagens de arquivos públicos e acervos particulares. A primeira edição de Tragédia da Rua da Praia recebeu o Prêmio O Sul, Nacional e os Livros como Melhor Livro de Ficção do Ano, em 2005.



304 páginas
R\$ 35



Ideias Políticas na Era Romântica

Seu Surgimento e Influência no Pensamento Moderno

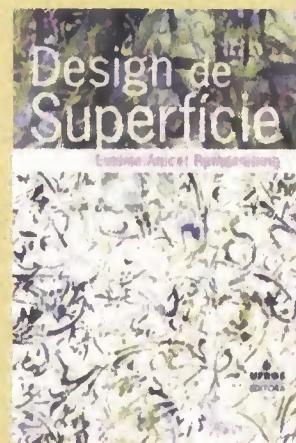
Isaiah Berlin
Editora Companhia das Letras

'Ideias Políticas na Era Romântica' apresenta a história das ideias no Ocidente entre os séculos XVIII e XIX. Transitando de Kant a David Hume e de Auguste Comte a Fichte, o livro reúne quatro textos originalmente concebidos para uma série de conferências sobre filosofia política em 1952. Apesar de constituírem as primeiras formulações de temas centrais da obra de Berlin, os ensaios esperaram até 2006 para vir à luz. O papel desempenhado por pensadores como Rousseau e Kant na história dos totalitarismos de diversas extrações ideológicas é investigado, partindo do tratamento dispensado a palavras como liberdade e obediência.

368 páginas
R\$ 56

Design de Superfície

Evelise Anicet Ruthschilling
Editora UFRGS



A obra circunscreve o campo com reflexões sobre conceitos, fundamentos da linguagem e seus antecedentes históricos, pensando o perfil e as competências do designer de superfície e lançando olhares sobre o futuro dessa especialidade do design. Constitui-se numa importante fonte de estudo para designers, artistas visuais, pesquisadoras, professores e estudantes das áreas de conhecimento que exploram as superfícies.

104 páginas
R\$ 25

Rosa-dos-ventos: Traços da Formação Docente Pós-LDB

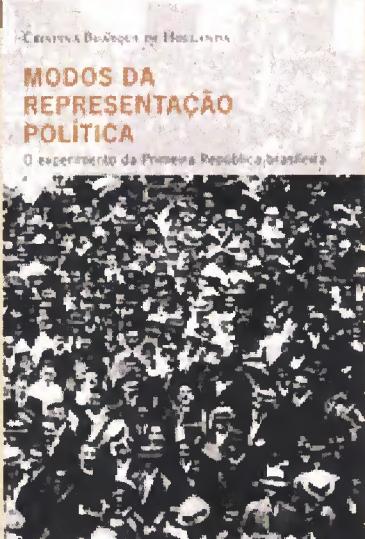
Edito Maria Sudbrack

Editora UFRGS

Este livro faz uma análise sobre tudo que sobreveio após a publicação da Lei nº 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Apresenta um estudo sobre as políticas educacionais de formação docente no espaço das políticas públicas contemporâneas, situando-as em relação a sua definição e, sobretudo, reconstruindo os traços entre o contexto brasileiro e as influências internacionais. O resultado é que se vive um momento paradoxal: ao mesmo tempo em que a educação ocupa espaço nos discursos dos diferentes segmentos sociais e do governo, há um desprestígio social e cultural do profissional professor.

168 páginas

R\$ 30



Modos Da Representação Política O Experimento da Primeira Republica Brasileira

Cristina Buarque de Hollanda

Editora UFMG

O leitor vai encontrar, nesse estudo, um resgate do pensamento sobre a representação política elaborado durante a Primeira República. Cristina Buarque de Hollanda traz à tona a ideia de um pensamento dinâmico, em permanente tensão com as práticas políticas, e amadurecendo com elas, exatamente porque produzido por autores que eram também protagonistas da vida civil.

312 páginas

R\$ 35

Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos

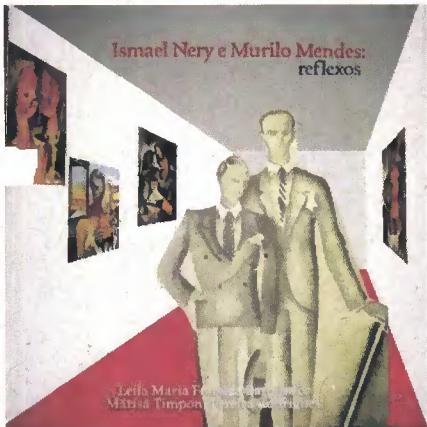
Leila Maria Fonseca Barbosa | Marisa Timponi Pereira Rodrigues

Editora UFJF

A obra de Ismael Nery, a mais singular do modernismo brasileiro pela desvinculação do nacionalismo e pela trajetória coerente, é confirmada na forte relação com Murilo "o amigo/admirador devotado a preservar sua produção, conservando-a durante anos, tornando-se o responsável pela redescoberta de Nery" (nas palavras de Jorge de Lima) décadas mais tarde. Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Timponi Pereira Rodrigues foram professoras do Departamento de Letras da UFJF, fundadoras do CEMM, hoje MAMM; pesquisadoras do Projeto História Literária de Juiz de Fora e da Secretaria de Cultura de Minas Gerais, tendo trabalhos publicados sobre literatura e artes plásticas.

216 págs

R\$



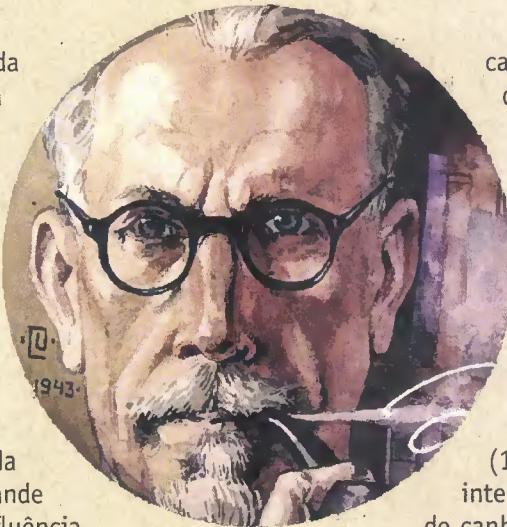
O amor por bicos-de-pena e aquarelas de José Franz Seraph Lutzenberger

O alemão José Franz Seraph Lutzenberger, pai do respeitado ecologista José Antônio Lutzenberger, foi o responsável pelo projeto arquitetônico de obras-primas de Porto Alegre, como o Palácio do Comércio (sede da Federasul), a Igreja São José e da Escola Pão dos Pobres. A partir de 1938, dedicou-se à vida acadêmica no então Instituto de Belas Artes da UFRGS, como professor de Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombras.

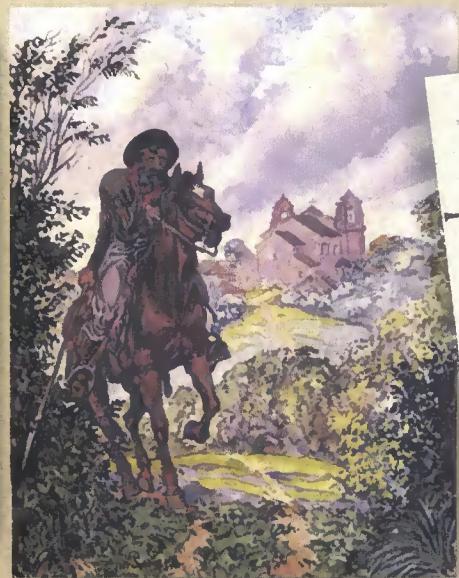
por Maurício Boff

O fim da Primeira Grande Guerra ainda deixava suas marcas tristes em uma Europa aniquilada das cores de suas capitais industrializadas do início do século XX, quando o alemão da Baviera, José Franz Seraph Lutzenberger, decidiu se aventurar pelo Novo Mundo. O destino foi a porção de terra que pertencera à coroa espanhola durante o processo de ocupação manchada à sangue da América do Sul, mas que Portugal negociara com em troca do controle das Missões guaraníticas no século XVIII. Na ponta conhecida como o Estado do Rio Grande do Sul, o Brasil se afunilava e recebia a influência cultural não apenas da Argentina e do Uruguai, que tinham na mística do gaúcho o exemplo do herói, mas de escravos negros e migrantes italianos, germânicos, poloneses, holandeses e de inúmeras outras raças.

José Franz Seraph Lutzenberger (1882-1951) chegou à



capital da província a convite da empresa de construção civil Weis & Cia, de Porto Alegre. O ano era 1920. Lutzenberger era o pai do respeitado ecologista José Antônio, Prêmio Nobel Alternativo e frequentemente confundido com ele para a grande maioria do público. Lutzenberger, o pai, foi artista, professor e engenheiro-arquiteto, título obtido pela Universidade Técnica Real da Baviera, aos 24 anos. Durante a I Guerra Mundial (1914-1918), serviu ao exército alemão e interrompeu a carreira, projetando a base de canhões germânicos. Lutzenberger participou de combates na França e na Bélgica nos quatro anos de conflito. Durante esse período, exerceu uma paixão de jovem: o desenho e a pintura, retratando soldados, paisagens de combates e cenas de vida militar.



Radicado em Porto Alegre, José Lutzenberger foi o responsável pelo projeto arquitetônico de obras-primas da cidade, como o Palácio do Comércio (sede da Federasul), a Igreja São José e da Escola Pão dos Pobres. Na Capital gaúcha, ele também desenvolveu com maestria o trabalho com bicos-de-pena e aquarelas. A partir de 1938, passou a dedicar-se à vida acadêmica no então Instituto de Belas Artes da UFRGS, como professor de Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombras.

Recentemente, o artista plástico e designer Leandro Selister resolveu popularizar o talento perceptivo do aquarelista na Internet. O sítio www.lutzenberger.com.br irá apresentar ao público mais de 30 aquarelas e 10 desenhos em nanquim dispostos em oito coleções que integram o acervo particular da família de José Franz Seraph Lutzenberger, além dos projetos arquitetônicos. São trabalhos minuciosos, que retratam a vida cotidiana na Capital da primeira metade do século 20 e seus personagens pelos olhos de um artista dedicado à observação da beleza e das sutilezas do mundo. "O olhar que precisa de tempo, de paciência (...) que busca o que está escondido e que se mostra aos poucos; sim, essa é a mágica do trabalho de Lutzenberger", declarou Selister.

Um dos segredos para a qualidade da mostra multimídia foi o esmero com que as duas filhas do engenheiro-arquiteto, Rose e Madalena, irmãs do ecologista José Lutzenberger, guardaram as obras do pai. O estilo irônico está evidente nos personagens retratados, principalmente os populares portoalegrenses e os interioranos, como colonos europeus e gaúchos. Mas o aquarelista também apresentou a sua versão para a Revolução Farroupilha, trabalho que também estará disposto na Internet.

Lutzenberger entendia a pintura como uma fonte de prazer. Talvez, por isso, "sentia-se pouco à vontade quando chamado de artista, dificilmente mostrava seus trabalhos e fugia das exposições" (Extraído do Catálogo da Exposição José Lutzenberger - O Universal no Particular, no Espaço Cultural BFB, 1990, Porto Alegre/RS). Em entrevista ao jornal Zero Hora, de Porto Alegre, a filha Rose falou sobre a timidez do pai. "Em vida, não fez nenhuma exposição individual, nunca vendeu nada. Não mostrava para ninguém. Mas desenhava muito e trabalhava rápido. Era metódico. Na rua, ele observava, olhava fixo, memorizava, e só então, em casa, sozinho, é que ele fazia as aquarelas". A primeira mostra individual, realizada na galeria do Clube do Comércio, aconteceu 30 anos depois de seu falecimento, em 1981. 



Assistindo Corrida de Cavalos. Aquarela.
José Lutzenberger. Coleção Porto Alegre Antigo.
www.lutzenberger.com.br

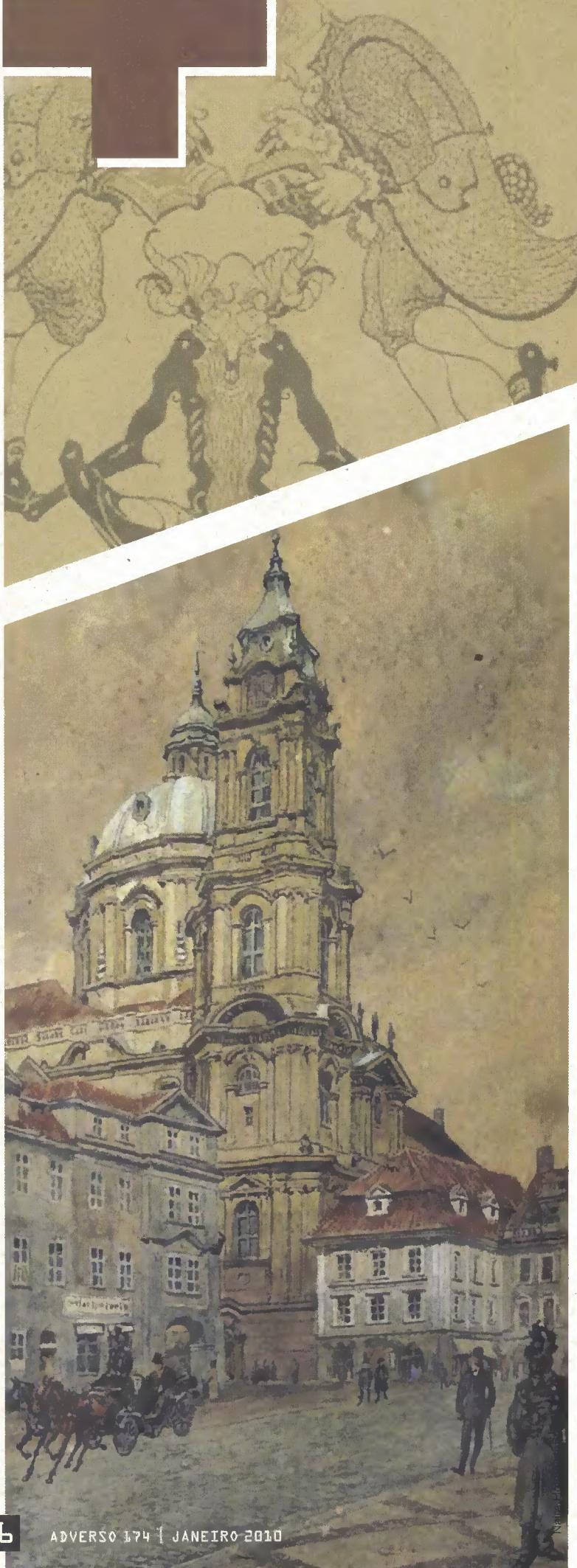


Despedida no Trem. Aquarela.
José Lutzenberger. Coleção Porto Alegre Antigo.
www.lutzenberger.com.br



Antiga Carrona de Cachorro. Aquarela.
José Lutzenberger. Coleção Porto Alegre Antigo.
www.lutzenberger.com.br





+ 1 Site

www.lutzenberger.com.br

A proposta do artista plástico e designer Leandro Selister é reproduzir as oito coleções de José Franz Seraph Lutzenberger ao longo dos meses de 2010, a fim de guardar surpresas ao internauta interessado em se aprofundar na obra do autor. A reprodução das peças da Coleção Porto Alegre Antigo estão no ar desde dezembro. O calendário de apresentação das demais coleções estão divulgados no próprio sítio.

+ 1 História

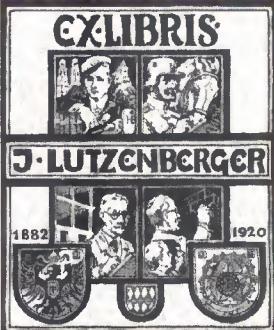
O Acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa em Arte (NDPA) traz informações como biografia, documentos, imagens e obras referidas ao autor. A atualização e digitalização dos arquivos são realizadas pela colaboração de voluntários dos cursos de História da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Para acessar o dossiê do artista plástico, o internauta deve clicar na letra correspondente do assunto ou procurar pela lista completa de autores.

www.margs.br

+ 1 Obra

O Acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da Ufrgs reúne o histórico e as obras do artista e professor. As imagens digitalizadas podem ser baixadas gratuitamente.

<http://www6.ufrgs.br/acervoartes/>





Primeiro Fórum Social Mundial

Nas origens do Fórum Social Mundial estão o "grito zapata" de 1994 e as manifestações em Seattle, em 1999, que impediram a realização da reunião da OMC, diz o sociólogo e cientista político Emir Sader. Sua primeira edição aconteceu na cidade de Porto Alegre, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. A partir de então, o movimento anti-neoliberal passou da fase de resistência à fase de construção de alternativas por "Um outro mundo possível".

No ano em que celebrará 10 anos de seu processo, o FSM não terá um evento global único e centralizado. Em 2010, o Fórum se dará de forma permanente ao longo de todo o ano, por meio de eventos e atividades em várias partes do mundo. Será um ano em que as atenções estarão especialmente voltadas para o tema da crise global, compreendida em suas várias dimensões – econômica, ambiental, política, social, cultural, alimentar, civilizatória.

